

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA DE QUALIDADE: DOS JESUITAS À PANDEMIA

Luzinete da Silva Figueirêdo ¹

RESUMO

Com o objetivo de analisar os caminhos percorridos pela educação nacional, este artigo busca compreender, bibliograficamente, o processo de formação histórica da escola no Brasil Colônia, a partir dos padres Jesuítas da Companhia de Jesus. A atualidade desta mesma educação baseia-se nos dados gerados pelo Fórum Mundial de Educação – Incheon 2015, em busca de uma Educação Inclusiva e Equitativa de Qualidade a nível mundial. Em relação ao contexto nacional conta-se com as contribuições da pesquisa da Fundação Carlos Chagas – Informe I de junho de 2020, sobre Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica, por serem estes dados relevantes e atuais sobre o processo de aprendizagem. A nível de proposta pós-pandemia para uma escola inclusiva, toma-se por base o documento da UNESCO que elenca dez pontos como alternativas viáveis no processo de implantação de uma “inclusão escolar” frente as grandes desigualdades sociais existentes ao longo do mundo. Trata-se de um trabalho relevante, atual, objetivando uma maior compreensão sobre a Educação Brasileira e sua condição histórica em busca da qualidade, equidade e igualdade.

Palavras-chave: Educação, Exclusão, Inclusão, Pandemia.

INTRODUÇÃO

A Educação, por ser uma prática social e efetivamente humana, torna-se instrumento de estudo constante nas mais diferentes realidades em que ela está inserida. Dessa forma, este trabalho se propõe analisar bibliograficamente a educação brasileira sob a perspectiva histórica de sua formação a partir dos Padres Jesuítas da Companhia de Jesus no Brasil Colônia. A seguir analisa-se a atualidade desta a nível mundial, com base no documento gerado pelo Fórum Mundial de Educação – Incheon 2015. Ainda sobre a realidade nacional busca-se na pesquisa da Fundação Carlos Chagas – Informe I de junho de 2020, dados atuais sobre Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica. Por fim, toma-se como base os dez pontos elencados pela UNESCO – Junho 2020, como possibilidades de implantação de Educação Inclusiva no pós-pandemia.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) – Lisboa, Portugal. E-mail: luzifigueiredo@hotmail.com.

Inicia-se a partir da implantação da escola no Brasil Colônia, a cargo dos Padres Jesuítas da Companhia de Jesus a escola nacional nasce com a especificidade de catequizar os índios, povos nativos, implantando nestes elementos da cultura europeia como a língua, a religião, as roupas entre outros. A dualidade da escola jesuítica é o ponto que a faz ser inserida aqui neste artigo, a existência da escola para índios e para os dominantes já era uma realidade no Brasil desde o início. Um segundo momento, toma-se por base a situação da educação brasileira no contexto do Fórum Mundial de Educação – Incheon 2015, em busca de uma efetiva Educação Inclusiva e Equitativa de Qualidade para todos os países, principalmente os que apresentam baixo nível de desenvolvimento relativo.

Inserem-se os dados atuais sobre a educação nacional, publicada pela Fundação Carlos Chagas – Informe I de junho de 2020, resultados da pesquisa sobre a Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica. Construindo assim, um contexto em que se percebe a educação e sua atuação junto à sociedade em diferentes momentos, caracterizando-a e, ao mesmo tempo identificando os processos de inclusão e exclusão existentes ao longo dos tempos e situações. Por fim, elenca-se os dez pontos sugeridos pela UNESCO – Junho 2020, como proposta pós-pandemia para uma escola inclusiva, vistos como alternativas viáveis no processo de implantação de uma “inclusão escolar” frente as grandes desigualdades sociais existentes ao longo do mundo.

METODOLOGIA

Considerando essa conjuntura, compreender teoricamente a realidade em que se encontram as escolas públicas frente a situação de pandemia, é buscar também, perceber como as diferenças sociais implicam na adaptação ou não dos menos favorecidos às novas realidades. Observando as propostas educacionais da Declaração de Incheon – Coreia do Sul – Maio de 2015, a Pesquisa realizada pela Fundação Osvaldo Cruz – Brasil – Maio 2020, e os 10 pontos de Compromisso Com a Inclusão, enunciados pela UNESCO em 2020 frente à pandemia, este trabalho referenciar-se-á elaborando um contexto no qual a educação escolar será analisada e, conseqüentemente caracterizada, para que se possa compreender as devidas diferenças e situações que remetem ao universo das aprendizagens nas periferias do mundo.

Sem querer esgotar o tema, desejo impossível nesse momento em que os acontecimentos ainda reagem à pandemia, busca-se registrar os fatos que marcam essa realidade. Contudo, trata-se de um estudo pertinente para os educadores, estudiosos, familiares, gestores que compreendem a realidade que hora se desvela sobre o mundo, tanto quanto para os alunos que podem se beneficiar das pesquisas que identificam os prós e os contras de uma mesma conjuntura, nesse caso, a educação. Opta-se pela revisão bibliográfica recente, por serem estes documentos atualizados, pertinentes, que configuram os números e situações que envolvem escolas, professores, alunos, bem como propostas que buscam minimizar as agruras que o momento desvela sobre todos os indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de Exclusão Escolar no Brasil é um fator histórico, chegou junto com o colonizador, ou seja, desde as primeiras escolas implantadas nas novas terras, regidas pelos religiosos da Companhia de Jesus, sob a ordem do Padre Manoel da Nóbrega, que o processo de aprendizagem das letras e dos números não era destinada para todos de forma igual. Enviados pela Igreja Católica para conquistar as almas dos gentios, os Padres Jesuítas utilizaram como metodologia a implantação das Missões para catequizar os índios, povos nativos, a partir da língua, das regras e da mudança de hábitos, o que deu grande resultado, pois estes permaneceram à frente das primeiras escolas brasileiras por mais de dois séculos. O resultado desse trabalho, não se pode negar, é que hoje o Brasil utiliza predominantemente a língua portuguesa e a prática da religião Católica.

A Exclusão Escolar no Brasil: Breve histórico

A educação escolar no Brasil nasce sob a égide da dominação e da exploração, modelo de colonização adotado e efetivado por mais de trezentos anos no país. Para Raymundo (1998),

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-

fé (RAYMUNDO, 1998, p. 43).

Nessa situação colonial, nasce em agosto de 1549 na Bahia a primeira escola brasileira, fundada pela Companhia de Jesus, denominada escola de ler e escrever. Esta escola foi criada para atender a elite governante que chegara às novas terras em março do mesmo ano, com o Governo Geral de Tomé de Souza. Portanto, estas não atendiam aos índios, às missões sim, eram para os nativos, cujos objetivos de dominação eram bem definidos:

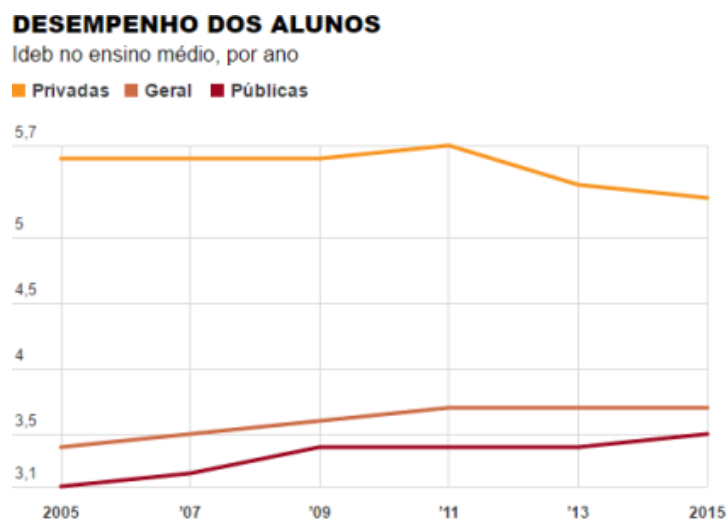
- **objetivo doutrinário** – que visava ensinar a religião e a prática cristã aos índios;
- **objetivo econômico** – visava a instituir o hábito do trabalho como princípio fundamental na formação da sociedade brasileira;
- **objetivo político** – visava a utilizar os índios convertidos contra os ataques dos índios selvagens e, também, dos inimigos externos (SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B, 2008, p. 176).

Aprender a ler, escrever e contar, eram ensinamentos destinados aos dominantes, para os dominados restava o processo pelo qual a obediência era o objetivo maior. Nesse breve contexto, pode-se compreender que, desde os primeiros momentos as escolas brasileiras nascem com a função de reproduzir a desigualdade eminente na estrutura social vigente. Se a colonização pensou, implantou e efetivou essa prática, o Império reforçou, a República Velha reproduziu, e os tempos mais recentes a veste de novas roupagens, fazendo permanecer os números e situações de baixa aprendizagem ao longo dos anos, concretizando nas escolas, as situações de desigualdade que são tão explícitas na sociedade. A Figura 1 apresenta a triste realidade educacional brasileira, em que as escolas privadas continuam formando os dominantes e as escolas públicas os dominados, confirmados pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB entre 2005 e 2017.

A desigualdade no rendimento escolar entre escolas públicas e privadas, refletem as diferentes situações a que estão destinadas as populações de baixa renda no país, sabe-se que outros tantos fatores interferem no rendimento escolar, mas sobretudo, a questão da Educação como um Direito Humano, deve-se efetivar com equidade e qualidade para todos. Ainda em relação à Fig. 1, a distância que separa o nível de aprendizagem dos alunos das escolas públicas das escolas privadas soma quase dois pontos, um distanciamento que se reflete nos resultados da vida em sociedade, que destina uns e outros para realidades adversas. Essa distância entre os níveis de

conhecimentos apresentados no gráfico está também desenhada nas diferentes formas de moradia, nas opostas condições de empregabilidade e, sobretudo, no se fazer humano dentro da sociedade, um servindo e outro sendo servido, como se a mobilidade social fosse algo inalcançável, quando sabemos que não é, a todos, todos os direitos e condições de formação.

FIGURA 1 - Desempenho dos alunos: IDEB no Ensino Médio, por ano.



Fonte: INEP

A Escola na Declaração de Incheon

A realidade da educação pública no Brasil não difere muito de outras tantas ao longo do mundo, principalmente nos países que apresentam baixo nível de desenvolvimento relativo como no continente africano, América Central e Sul, entre outros. Países que tiveram um longo processo de exploração colonial, que buscam alternativas e novos olhares para uma realidade que se faz presente por longo tempo nas histórias locais. A implantação de Políticas Públicas para a Educação no Brasil ao longo do século XXI, vem minimizando a realidade da exclusão escolar. Considerando essa realidade, as novas alternativas voltam-se para a questão da qualidade e equidade da educação para todos a partir da inclusão, viabilizada pelo esforço nacional e, sobretudo, pelas instituições internacionais.

A Conferência de Incheon aconteceu em 2015, quando a UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, UNFPA, PNUD, ONU Mulheres e o ACNUR organizaram o Fórum Mundial de Educação 2015, que contou com a participação de 160 países no qual fora

estabelecida uma nova visão sobre a Educação para os próximos 15 anos, tendo como marco de ação e objetivo “Assegurar a Educação Inclusiva e Equitativa de Qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A partir dessa estrutura, a conferência prioriza a garantia do “acesso e a conclusão de uma educação de qualidade para todas as crianças e todos os jovens, com pelo menos 12 anos de escolarização primária e secundária gratuita, pública, inclusiva, equitativa e de qualidade”. A partir desse argumento, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, diz respeito à Educação e a sua efetiva implantação (ODS, 2016, p. 27).

Para assegurar a Educação de Qualidade, alguns objetivos foram estruturados, buscando igualdade e equidade para as diferentes realidades educacionais que existem ao longo do mundo. Com uma visão ampla das reais necessidades que as escolas públicas dos países que apresentam baixo nível de desenvolvimento relativo necessitam, o Fórum Mundial de Educação apresenta metas que devem ser alcançadas até 2030, atentando para pontos como inclusão, respeito a diversidade, desenvolvimento sustentável entre outros. As metas para o Brasil serão aqui apresentadas de forma simplificada e brevemente analisadas com o olhar voltado para a inclusão e o respeito à realidade local. As Metas gerais adaptadas à realidade brasileira estão assim colocadas.

4. Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS, 2016, p. 27).

Além de objetivar uma educação inclusiva e de qualidade, a meta 4 busca dar continuidade ao processo de aprendizagem ao longo da vida, por entender que esta se faz necessária em todo o tempo. Este documento, nas Metas 4.3 e 4.5, atenta para aspectos de grande importância, como as questões de gênero, raça, renda, território entre outras, respeitando as diferenças e as realidades que fazem parte da vivência de cada grupo. Não se busca somente a inclusão escolar, mas efetivamente a permanência no processo de aprendizagem, o que é de singular importância, desenvolver o gosto, o prazer de permanecer na escola e dela retirar todo conhecimento possível, não fazendo desta somente mais uma tarefa a ser cumprida.

Meta 4.3 - Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços

acessíveis.

Meta 4.5 - Até 2030, [...]garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade (ODS, 2016, p. 27).

A preocupação com o desenvolvimento sustentável também foi elencando nas metas, observando o respeito ao Planeta, a vida humana por meio de estilos de vida sustentáveis e valorização da diversidade cultural. A Meta 4.7 busca o respeito pelo local tanto quanto o global como um direito humano a ser efetivado, um entendimento de que todos fazem parte de uma mesma realidade, o Planeta Terra, e, conseqüentemente todos devem cuidar a partir do ambiente em que vivem diretamente, o local, respeitando a diversidade e promovendo a cultura da paz e não violência.

Meta 4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusivo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ODS, 2016, p. 27).

Outro aspecto relevante é a questão da infraestrutura nas escolas bem como o número de vagas ofertadas para os países de menor desenvolvimento relativo, atentando também para o processo de formação específica dos professores por área de conhecimentos. Estes aspectos dizem respeito a situações de que não é só estabelecer metas, mas se faz necessário ofertar vagas em número suficiente que atenda a demanda das diferentes realidades a quem as metas desejam alcançar. O propósito da formação continuada compreende a necessidade de professores que acompanhem as transformações que acontecem diariamente no processo de aprendizagem, não basta ser professor, tem que ser constante aprendiz. Estes aspectos são tratados na Meta 4.a, Meta e Meta 4.c apresentadas a seguir:

Meta 4.a- Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para

todos. Meta 4.b- Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.

Meta 4.c- Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional (ODS, 2016, p. 27).

Apresentadas de forma resumida, as Metas formatadas para atender às necessidades da realidade do Brasil, trazem uma proposta coerente para as identidades regionais em relação a escola, buscando minimizar as situações de desigualdade existentes na educação nacional, compreendendo, principalmente, o olhar de forma específica para os países de menor desenvolvimento relativo, que necessitam dessa sensibilidade para que possam transformar a realidade em que vivem por meio de oportunidades que são viáveis e necessárias. A partir dessa visão mundial e nacional, a educação emerge como o recurso fundamental, a partir do qual o conhecimento escolar pode chegar para todos que o busquem, desejem e tenham condição de aprender e fazer uso.

A Conferência Mundial de Educação – 2015 objetiva uma Educação Inclusiva e Equitativa de Qualidade para todos, isto porque, ao compreender que esta, a educação, desde a sua constituição, estabelecida por meio de seus objetivos e funções, é considerada um fenômeno social, pois atua na, e com a sociedade, estando relacionada diretamente às práticas políticas, econômicas, científicas e cultural de um povo, formando assim, no conjunto das relações, os aspectos de identidade de uma sociedade. A educação faz parte de todas as sociedades, historicamente comprovada, a prática educativa acontece em todos os tempos e lugares desde que o homem se faça presente. Por ser uma prática especificamente humana, a educação e a sociedade estão interligadas, pois nos dois espaços a atuação humana se faz presente.

É importante notar que estas Metas foram estabelecidas para serem alcançadas até 2030, contando 15 anos para que sejam efetivadas, desde a sua elaboração. A busca pela inclusão e equidade de qualidade na educação, é luta de muitos que compreendem o valor da educação para a formação da humanidade, porém, não se contava com a

situação de pandemia que hora o mundo enfrenta. Assim, questiona-se a real situação da educação, no contexto dessa realidade tão adversa e frágil que se enfrenta no momento. Não se pode moldar a educação a nível mundial, mas pode-se buscar compreender a realidade do Brasil a partir de pesquisas realizadas ao longo dos últimos meses e caminhar em busca da sua transformação.

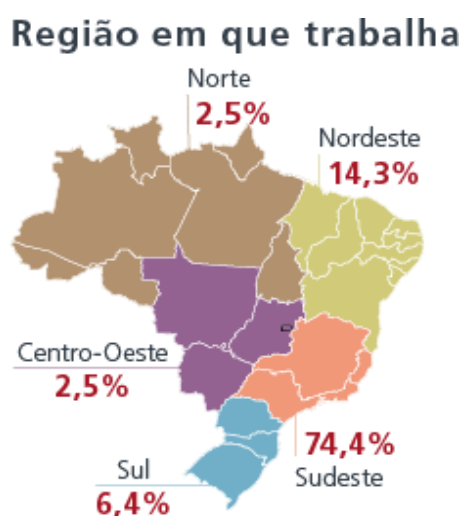
Educação Escolar em Tempos de Pandemia na visão de Professoras/es da Educação Básica

Diante de um cenário tão adverso, a educação escolar brasileira foi estudada pela Fundação Carlos Chagas, por meio de uma pesquisa que desenha o cenário educacional nacional a partir dos seres humanos que a compõe. Sabe-se que um número expressivo de escolas ficaram vazias, cerca de 81,9% dos alunos da educação Básica deixaram de frequentá-las, cerca de 39 milhões de pessoas, segundo a Unesco. A Escola parou, foi preciso, os cuidados com a vida era mais importante do que o processo de aprendizagem escolar. Diante dessa realidade, duas questões se tornam evidentes a nível nacional, segundo a Fundação Carlos Chagas no seu Informe 1 (2020, p.1): “garantir que os estudantes não sejam prejudicados em seu processo de escolarização e evitar o acirramento das desigualdades de acesso e de oportunidades”.

Para responder estas questões a Fundação Carlos Chagas foi ouvir a população envolvida na situação, participaram dessa pesquisa 14.285 docentes de todas as 27 Unidades da Federação, formando um perfil composto por 80,5% mulheres, 64,6% brancas, 50,6% atuam na rede estadual, 57,3% lecionam no ensino fundamental. Estas coletas foram realizadas no período de 30 de abril a 10 de maio de 2020 com percentuais de participação diferenciados por Região, sendo a Região Sudeste a de maior representatividade com 74,4%, seguida pela Região Nordeste com 14,3%, e as Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste contabilizando um percentual de menos de 7% cada uma, como informa a Figura 2. Desta forma foi possível ouvir um pouco das diferentes realidades das escolas ao longo do grande país chamado Brasil. A situação de pandemia revestiu os profissionais da educação de novas e diferentes práticas educativas. Longe dos alunos e da escola fisicamente, os/as professoras e professores encontram-se com os alunos por meio de diferentes recursos, antes pouco utilizados, hoje os mais requisitados. Todo o planejamento elaborado na semana pedagógica do início do Ano Letivo de 2020 teve que ser revisto e alterado, fazendo com novas metodologias fossem

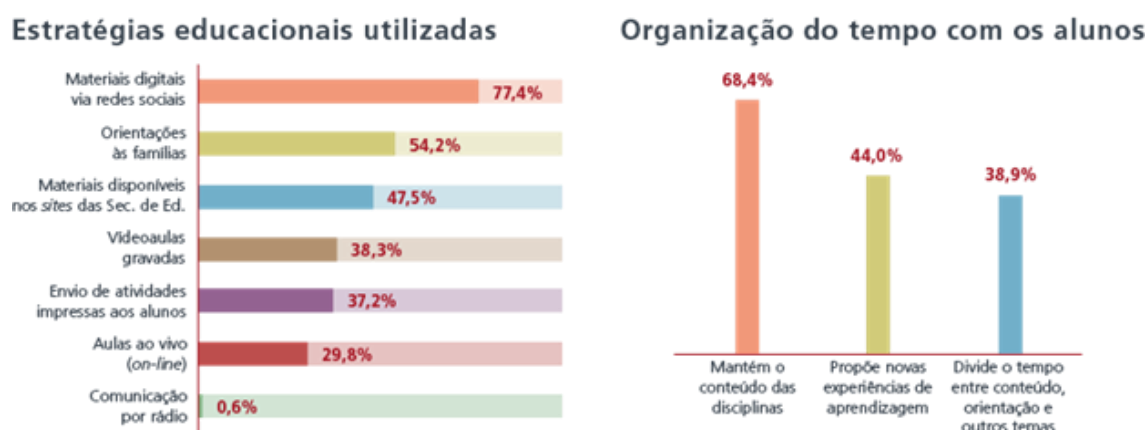
adotadas. De forma resumida, a pesquisa apresenta uma realidade pouco comum em relação à educação brasileira, os professores apresentam uma preocupação em organizar o tempo com os alunos, garantindo o conteúdo das disciplinas por meio de novas estratégias de ensino, nas mais utilizadas pelas professoras, ressalta-se o uso de materiais digitais via redes sociais (e-mail, WhatsApp, etc.) em todas as etapas/modalidades, como informa a Figura 3.

FIGURA 2 – Participação de docentes por região.



Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2020.

FIGURA 3 – Estratégias educacionais utilizadas



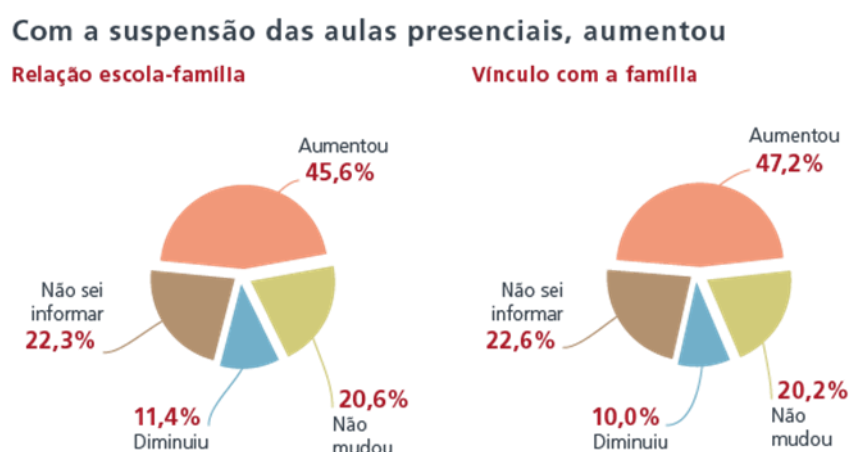
Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2020.

Tomando a Figura 3 como recurso de análise é possível perceber que materiais digitais como as redes sociais (77,4%), videoaulas (38,3%), aulas on-line (29,8%), são recursos amplamente utilizados nesse momento. Diante desse quadro, questiona-se a

situação em que se encontram as escolas rurais de comunidades distantes, as populações ribeirinhas que existem em grande número ao longo de todo o território brasileiro, mas que não contam com as redes de internet, nem com recursos tecnológicos que os mantenham conectados às novas realidades, como estão fazendo para continuarem aprendendo. A desigualdade social reflete diretamente no processo educativo em tempos de pandemia, nesse sentido, a concepção de escola inclusiva que tanto se busca ao longo dos anos, continua, na prática, sendo uma escola de inclusão excludente, aquela que consiste em incluir o aluno na escola, porém o mantém excluído por meio da desigualdade de direitos.

Fala-se em desigualdade de direitos o fato de que a maioria dos alunos das escolas públicas está incluída no processo escolar, mas não se compara aos alunos das escolas particulares que possuem recursos e condições para que continuem assistindo aulas on-line, atividades por meio de redes sociais e pais que possuem formação suficiente para acompanhá-los e juntos aprenderem. Os pais dos alunos das escolas públicas além de não terem os recursos necessários, em muitos casos não possuem domínio tecnológico suficiente para utilizá-los. A distância que separa uma realidade da outra é tão gritante, que chega a ser dolorosa. O vírus fez transbordar uma desigualdade social que estava camuflada ao longo dos tempos históricos do Brasil, revestindo-se de diferentes modelos representativos das sociedades vigentes em cada época.

FIGURA 4 – Relação Escola - Família



Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2020.

Outro aspecto que a pesquisa apresentou, está ligada a situação da relação família escola e os novos papéis sociais de cada uma delas junto aos alunos e filhos. A

relação família- escola apresentada na Figura 4 teve um aumento de 45,6%, remetendo a uma situação de que os responsáveis passaram a ser professores também, estão mais juntos aos filhos tanto quanto aos professores. Trata-se de um novo modelo de aprendizagem, para o qual os pais e professores não estavam preparados, a adaptação teve que se tornar realidade. Essa mesma situação, representa um maior vínculo entre os familiares de 47,2%, as relações de saber aprender passam a serem efetivadas nas residências, construindo novos valores e relações presenciais entre pais e filhos. Esse momento de maior convivência entre família e escola pode ser visto como enriquecedor para ambos, pois pode desenvolver uma linguagem em comum para as duas maiores instituições de formação humana.

A pandemia revelou, segundo Bernard Charlot, na sua fala do Café Pedagógico (EDUCON - Agosto de 2020), uma *“necessidade lógica do ser humano, uma lógica de solidariedade”*, distanciando-se das *“lógicas de concorrência generalizada que acontecem no mundo e nas escolas”*. As novas situações de *“suspensão do cotidiano”* imposta pela pandemia, evidenciam, conseqüentemente, a *“fragilidade humana quanto espécie biológica que pode terminar a qualquer momento”*, tanto quanto a *“valorização de pessoas que são invisíveis devido a desigualdade social, que se tornam valorosas nesse novo cotidiano”*. Os novos *“normais”* obrigam um repensar de valores, situações e respeito a si e ao próximo, um processo de aprendizagem imposto e necessário por conta de um vírus.

Compreende-se nessa realidade tão adversa de pandemia, que as Ciências e os Órgãos Internacionais buscam soluções para minimizar as conseqüências negativas que possam afligir, ainda mais os já tão castigados do mundo, as populações marginalizadas, aquelas que não contam com a efetivação dos seus direitos quanto seres humanos. A ONU News, ao publicar os resultados de pesquisa da UNESCO, confirma uma triste realidade, *“Covid-19: Unesco diz que 40% dos países não têm como apoiar alunos a distância.”* Essa realidade está detalhada no Relatório GLOBAL EDUCATION MONITORING REPORT - Inclusion and education: 2020 (UNESCO, 2020). Seguiremos estudando essa pesquisa objetivando a formação de um novo olhar sobre todos os povos.

Inclusão e Educação: Unesco 2020

A triste realidade descrita pela UNESCO em junho de 2020, “que 40% dos países mais pobres não apoiam os estudantes em situação de risco durante a crise da COVID-19 e pede por inclusão na educação”, acrescenta ainda, que um número crescente de escolas em todo o mundo está suspendendo as aulas para ajudar a conter novas ondas de contaminações pelo Covid-19, afetando 296 milhões de alunos. Este mesmo relatório contribui para maior entendimento dessa realidade, pois oferece,

[...]análise aprofundada sobre os principais fatores da exclusão de estudantes em sistemas educacionais de todo o mundo, incluindo histórico, identidade e habilidades (ou seja, gênero, idade, local onde vivem, pobreza, deficiência, etnia, indigeneidade, língua, religião, status de migrantes ou deslocados internos, orientação sexual ou expressão de identidade de gênero, encarceramento, crenças e atitudes) (UNESCO, 2020).

O relatório apresenta realidades em que “menos de 10% dos países têm leis que ajudam a garantir a inclusão plena na educação”. Ainda sobre o relatório, este identifica um “aumento da exclusão escolar nos países de renda baixa e média-baixa, estes não apoiaram os estudantes desfavorecidos durante o fechamento temporário das escolas”, e pede que, no momento da reabertura das escolas, os países “deem atenção àqueles deixados para trás, com o objetivo de promover sociedades mais resilientes e igualitárias”. A partir dessa proposta, dez pontos são atribuídos como estratégias e respostas que asseguram a continuidade do ensino, apesar das ameaças do novo coronavírus à inclusão e a igualdade escolar. Atentaremos para alguns aspectos que também remetem a Educação Brasileira, elencando pontos com os outros documentos citados anteriormente.

Em primeiro lugar, todos os 10 pontos voltam-se para a realidade da “inclusão escolar”, tratam especificamente de medidas que viabilizam um olhar para cada realidade, de forma que as possibilidades existentes sejam elencadas e trabalhadas de forma a atender aos que nela se encontram. O primeiro e o segundo ponto sinalizam as escolhas das melhores ferramentas de comunicação, que possam atender e se tornarem eficientes no espaço que se fazem necessários, o importante é que estas funcionem e alcancem os grupos que delas precisam fazer uso no momento. Dessa forma, uma análise detalhada é muito importante, garantindo assim, que não se projete o uso de plataformas de internet num mundo que não conta nem com energia elétrica, e, cujos

alunos e professores desconhecem o domínio destas, é preciso não construir ou mesmo reforçar situações de exclusão. Seguem os pontos 1 e 2:

1 – Analise a resposta e escolha as melhores ferramentas - Escolha as tecnologias mais adequadas de acordo com os serviços de energia elétrica e comunicações da sua área, bem como as capacidades dos alunos e professores. Isso pode incluir plataformas na internet, lições de vídeo e até transmissão através da televisão ou rádio.

2 – Assegure-se de que os programas são inclusivos - Implemente medidas que garantam o acesso de estudantes de baixa renda ou com deficiências. Considere instalar computadores dos laboratórios da escola na casa dos alunos e ajudar com a ligação à internet (UNESCO, 2020).

Os pontos 3 e 4 dizem respeito a questão da segurança sobre as informações lançadas nas plataformas, de forma que estas garantam a privacidade dos alunos e alunas, tanto quanto tudo que a eles e elas digam respeito. Além destes aspectos, sugere-se a adoção de mecanismos que assegurem a conexão entre escolas, professores, alunos, famílias de maneira que se tornem meios pelos quais as situações mais delicadas possam ser resolvidas em conjunto. A pandemia mostrou quanto estas plataformas são necessárias num cotidiano escolar, se já estivessem efetivamente em funcionamento, talvez a realidade hoje fosse outra. Seguem os pontos três e quatro.

3 – Atente para a segurança e a proteção de dados - Avalie a segurança das comunicações online quando baixar informação sobre a escola e os alunos na internet. Tenha o mesmo cuidado quando partilhar esses dados com outras organizações e indivíduos. Garanta que o uso destas plataformas e aplicações não violam a privacidade dos alunos.

4 – Dê prioridade a desafios psicossociais, antes de problemas educacionais - Mobilize ferramentas que conectem escolas, pais, professores e alunos. Crie comunidades que assegurem interações humanas regulares, facilite medidas de cuidados sociais e resolva desafios que podem surgir quando os estudantes estão isolados (UNESCO, 2020).

Em se tratando diretamente da parte pedagógica, os pontos 5,6, e 7 alertam para a elaboração do novo calendário escolar para a volta as aulas, considerando as áreas afetadas e o nível de estudos e necessidades dos alunos junto a disponibilidade dos pais, pois eles também farão uso dessas metodologias. Os docentes também precisam de atendimento, a situação atinge a todos de formas diferentes, dessa forma a adoção de

uma ferramenta que tenha maior alcance se torna uma sugestão positiva. Seguem os pontos 5, 6 e 7 para conhecimento.

5 – Organização do calendário - Organize discussões com os vários parceiros para compreender a duração da suspensão das aulas e para decidir se o programa deve centrar em novos conhecimentos ou consolidação de currículo antigo. Para organizar o calendário é preciso considerar as áreas afetadas, o nível de estudos, as necessidades dos alunos e a disponibilidade dos pais. Escolha metodologias de ensino de acordo com as exigências da quarentena evitando métodos de comunicação presencial.

6 – Apoie pais e professores no uso de tecnologias digitais - Organize formações e orientações de curta duração para alunos e professores. Ajude os docentes com as condições básicas de trabalho, como rede de internet para aulas por videoconferência.

7 – Mescle diferentes abordagens e limite o número de aplicações - Misture as várias ferramentas disponíveis e evite pedir aos alunos e pais que baixem ou testem demasiadas plataformas (UNESCO, 2020).

Por fim, os pontos 8, 9 e 10 abordam as questões sobre avaliações e aprendizagens por meio de calendário específico considerando a capacidade de aprendizagem dos alunos, alertando para o tempo que devem ter as videoconferências, de forma que estas novas formas de ensino e aprendizagem venham agregar aos que dela fazem parte, novos valores e inclusão, contrariando a ideia de distância e exclusão. Seguem os pontos finais sugeridos pela UNESCO- 2020, como mecanismos que venham favorecer a educação inclusiva pós-pandemia.

8 – Crie regras e avalie a aprendizagem dos alunos - Defina regras com pais e alunos. Crie testes e exercícios para avaliar de perto a aprendizagem. Facilite o envio da avaliação para os alunos, evitando sobrecarregar os pais.

9 – Defina a duração das unidades com base na capacidade dos alunos - Mantenha um calendário de acordo com a capacidade dos alunos se concentrarem sozinhos, sobretudo para aulas por videoconferência. De preferência, cada unidade não deve exceder os 20 minutos para o ensino primário e 40 minutos para o ensino secundário.

10 – Crie comunidades e aumente a conexão - Crie comunidades de professores, pais e diretores de escolas para combater o sentimento de solidão e desespero, facilitando a troca de experiências e discussão de estratégias para enfrentar as dificuldades (UNESCO, 2020).

Compreende-se então a Educação antes, durante e depois da pandemia, como um direito humano previsto no Artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos que diz:

Todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (UNESCO, 1948).

A garantia da educação gratuita e de qualidade para todos objetivando o pleno desenvolvimento da personalidade humana é luta de longa duração, em se tratando da realidade brasileira. Essa busca, fragilizada nesse momento de pandemia, não minimiza o seu valor para os seres humanos, ao contrário, a pandemia não revoga as leis e as conquistas alcançadas até o momento como pode ser observada a partir do artigo 205 de nossa Constituição, que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Historicamente, o direito a educação no Brasil, nem sempre foi para todos, ao contrário, durante longos períodos era destinado a determinadas classes sociais, deixando de lado uma boa parcela da população indígena inicialmente, escravos a seguir, baixa renda em outros momentos, como fora descrito anteriormente no início deste artigo. A desigualdade social é uma realidade alarmante no Brasil ao longo dos anos, e esta reflete diretamente em outras áreas da sociedade. O contingente populacional que alargam as filas dos SUS, das escolas públicas, os registros do Bolsa Família são representações dessa camada populacional a quem políticas públicas paliativas tentam minimizar a situação em que se encontram. Nas escolas públicas, estes estudantes representam a grande massa a quem os documentos citados aqui, buscam atender por meio de uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Que a pandemia não seja justificativa para que os alunos das escolas públicas continuem sendo excluídos, colocados à parte do processo educativo, instrumento de formação e instrução fundamentais para que alcancem estruturas para guiar as próprias vidas na sociedade em que habitam. Que as escolas se tornem realmente inclusivas, que garantam o aperfeiçoamento contínuo de cada um dos que nela buscam os saberes, que o vírus causador de tantas transformações, não se torne um empecilho para que a sociedade brasileira continue fazendo o seu papel de reforçar os conceitos básicos da

educação estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988: a educação é um direito de todos e todas; a educação é dever do Estado; a educação é dever da família; a educação deve ser fomentada pela sociedade (BRASIL, 1988).

Além disso, é preciso que as distâncias econômicas não distanciem os alunos dos espaços escolares, mas que este momento se torne um grito de alerta que possa unir família, sociedade e Estado assegurando a todos o mínimo de qualidade para uma sobrevivência digna e justa, como está disposto no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

De toda forma, que o passado histórico da Educação do Brasil não continue a ser reproduzido nas escolas atuais, colocando às margens os que mais necessitam de aprendizagem, os que têm esta como único recurso capaz de produzir em si, conhecimentos e habilidades que os capacitem para a vida do trabalho e da manutenção da vida. Utilizando a citação de um outro documento, que nesse contexto se faz importante reinterar, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, aprovada por meio de resolução do Conselho Nacional de Educação em 2017, na sua página 13, define o papel da Educação Básica na vida de todos os brasileiros, da seguinte forma:

A Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e,

também, com os desafios da sociedade contemporânea... (BRASIL, 2017).

Nessa perspectiva, que não precisemos de um vírus para dizer como a educação e a sociedade devem agir para minimizar as situações de desigualdade sociais e, conseqüentemente, as desigualdades educacionais que ocorrem no país ao longo dos anos e que se tornam mais evidentes nesse momento de pandemia. Vive-se um enorme desafio contemporâneo, onde o direito à educação, da forma como tradicionalmente conhecemos e praticamos, está inviabilizado temporariamente. Dessa forma, ao elaborar novas possibilidades e alternativas possíveis, na criação de uma cultura de pensar o processo de ensino-aprendizagem a inclusão seja a palavra-chave, seja o elo que liga as diferentes desigualdades que povoam o Brasil, ligando-os de tal maneira, que em breve, não seja mais possível distinguir uma realidade da outra, tornando-as mais igualitárias, respeitando o direito de todos em busca da formação.

Considerando esse contexto, a escola precisa repensar e exercer efetivamente sua função social, compreendendo que novas perspectivas devem ser criadas priorizando sobretudo a aprendizagem, o currículo e as avaliações, de forma que estes recursos se voltem para relações mais humanizadas e centradas no respeito ao próximo, contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária. Se a escola lida diretamente com o aluno e sua realidade, ela compreende que não pode deixar nenhum deles de fora, ao contrário, o momento remete a concepção que novos desafios precisarão ser enfrentados, pois as conseqüências deste tempo presente e de tempos passados, impactaram e impactam as crianças e adolescentes, jovens e adultos, a sociedade e suas relações por um longo período.

A escola brasileira pós-pandemia, deve voltar-se para pensar no que de fato poderá ser implantado no processo educativo, no que pode realmente ser efetivado na realidade que temos. Esse futuro educacional deverá incluir uma bem estruturada articulação entre o Ensino Presencial e a Educação a Distância, considerando as diferentes realidades sociais que existem no país, nas quais muitos brasileiros não têm acesso a computadores, celulares ou à Internet de qualidade, realidade afirmada nos documentos analisados acima. Além disso, muitos professores não dominavam o uso das plataformas digitais, se fazendo necessários novas aprendizagens e adaptações. Muitos não contavam com uma mudança brusca de realidade, se elaborar, aplicar e avaliar atividades com o aluno perto já era difícil, imagine quão difícil deve ser realiza-

las à distância. Que as novas realidades nos unam, minimizando todas as modalidades de distâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento singular que vivemos desvela-se em um cenário mundial no qual os espaços sociais se tornam o palco das dinâmicas inesperadas da pandemia. Os atores são os sujeitos sociais que agem e interagem movidos por seus interesses ou situações, de forma coletiva ou individual. Nessa situação, entende-se, que as incertezas do momento geram desafios para todos e todas, e a escola, por ter um papel social relevante, torna-se aqui, nesse trabalho, o objeto a partir do qual se buscam novas soluções para se vencer os antagonismos sociais que caracterizam o Brasil ao longo dos anos. Sabe-se que muito se tem a discutir, entende-se que a escola não é a redentora, não se objetiva esgotar o tema, mas principalmente apresentar uma situação singular de pandemia e caracterizar efetivamente a conjunta escolar nesse momento. Principalmente uma escola que não se apresenta inclusiva desde o seu início e formação, situação que se torna gritante diante de uma pandemia.

Que a escola se transforme de tal maneira, que não seja necessário a intervenção de organismos mundiais para lhes dizer o que fazer, quando esta está tão perto e envolvida com a realidade dos alunos de forma direta. Que a escola possa enfrentar as incertezas do momento e seja capaz de promover aos estudantes a formação de um novo perfil, que estes se tornem protagonistas da sua própria construção do conhecimento, visando o fortalecimento da autonomia, superação das dificuldades, redução das desigualdades e meios que possibilitem o direito de todos e todas à educação de qualidade. Assim, que a escola brasileira seja o palco no qual os governantes pratiquem o direito de todos, desenvolvimento de novas habilidades e uma inclusão efetiva e equitativa de qualidade, que saibam reconhecer as necessidades locais sem que os globais tenham que sinalizar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CHAGAS, Fundação Carlos. **Educação Escolar em tempos de pandemia**. Disponível em <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>.

EDUCAÇÃO. **Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4**. UNESCO. ODS - Organização de Desenvolvimento Sustentável 4. Educação de Qualidade. Brasília – DF, 2018. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/184233/1/ODS-4-educacao-de-qualidade.pdf>.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.

SOUZA, Hebert José de. Como se faz análise de conjuntura. Petrópolis, **Editora Vozes**. 1984.

UNESCO – ONU News, **Perspectiva Global Reportagens Humanas**. 10 recomendações sobre ensino à distância. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706691>.

UNESCO - **Relatório de Monitoramento Global da Educação** (Relatório GEM) de 2020.